

Desafios do novo governo Lula

Democracia, reconstrução e desenvolvimento

Lula government challenges
Democracy, rebuilding and development

gentil corazza*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.168.006>



Veículos da grande mídia tentam pautar com exclusividade quais seriam os desafios do país.

RESUMO

O texto tem por objetivo fazer uma análise crítica dos principais desafios a serem enfrentados pelo novo governo Lula em seu terceiro mandato como presidente da República. Avalia-se a importância deste estudo à luz da necessidade de um governo poder ter clareza sobre as prioridades de suas ações e as dificuldades em realizá-las. Procura-se analisar esses desafios distinguindo seu caráter emergencial, sua natureza conjuntural de curto prazo ou estrutural de longo prazo, com ênfase especial no desafio do desenvolvimento sustentável. Intenta-se, também, analisar as relações internas entre os diversos desafios, e não apenas suas peculiaridades individuais.

Palavras-chave: Governo Lula. Desafios econômicos e sociais. Democracia. Governabilidade.

ABSTRACT

This text aims to do a critical analysis of the main challenges faced by the new Lula government in his third term as President of the Republic. We discuss the importance of this study considering how a government needs to be able to clarify the priorities of its actions and the difficulties in carrying them out. Furthermore, we attempt to analyze these challenges, distinguishing their emergency character and their short-term conjuntural or long-term structural nature, with special emphasis on the challenge of sustainable development. We also try to discuss the internal relationships between different challenges, not just their peculiarities.

Keywords: Lula government. Economic and social challenges. Democracy. Governance.

1 INTRODUÇÃO

O novo governo Lula enfrenta muitos e diferentes desafios nos primeiros meses de seu terceiro mandato como presidente da República. Desafios emergenciais, conjunturais de curto prazo e estruturais de longo prazo. Há, também, desafios que são meios para atingir fins e outros que se constituem como objetivos em si mesmos.

A escalada conservadora que tomou conta do país, após os eventos de junho de 2013 – que culminaram no golpe de Estado contra a presidente Dilma —, as reformas retrógradas do governo Temer, as medidas arbitrárias e destrutivas da operação Lava Jato, a prisão política do presidente Lula, a eleição e o desastroso governo Bolsonaro foram medidas que deixaram uma herança maldita a desafiar o novo presidente eleito em 2022.

Simultaneamente, veículos da grande mídia têm apontado uma lista bastante ampla desses desafios. Alguns são problemas novos, como a relação com o Congresso Nacional, mas a maioria deles vem se repetindo, governo após governo, embora tenham assumido novos contornos, associados à conjuntura nacional e internacional. Fala-se, por exemplo, do desafio do equilíbrio fiscal, como se fosse o maior deles, uma questão estrutural e permanente em quase todos os países do mundo, mas com características diferentes em cada situação nacional. No caso brasileiro, para o pensamento liberal conservador, o desequilíbrio fiscal sempre foi o grande problema nacional, especialmente quando se trata de governos com orientação ideológica diferente. A gravidade do problema fiscal parece se amenizar quando esse desequilíbrio acontece no contexto de uma política econômica ultraliberal, como foi a do governo Bolsonaro-Guedes, que praticou o mais acentuado desequilíbrio fiscal da história recente do país — isso em plena vigência do teto de gastos, criado pelo governo Temer. Embora seja verdade que os gastos com a pandemia tenham sido significativos, eles não explicam o desequilíbrio fiscal deixado pelo governo liberal-conservador nos últimos quatro anos.

Outro problema sempre mencionado nas análises jornalísticas da grande mídia conservadora diz respeito às relações do governo com o Congresso Nacional. Constitui, sem dúvida, um grande desafio costurar uma base parlamentar com a grande diversidade de partidos políticos e o conservadorismo fisiológico dominante no Congresso da República.

O desafio do crescimento econômico e do controle da inflação assume uma importância redobrada para o novo governo. Trata-se de um desafio que, se não for enfrentado e equacionado de forma positiva, pode comprometer muitas das políticas sociais propostas. Sua relação com a inflação também deve ser ressaltada. O crescimento pode, muitas vezes, ser o melhor caminho para o controle da inflação, talvez muito mais eficaz do que uma política de equilíbrio fiscal. Com efeito, o crescimento econômico, pelas suas próprias virtudes, pode contribuir para o equilíbrio das contas públicas mais do que uma dura política de austeridade fiscal.

Muitos outros desafios devem ser enfrentados pelo novo governo. Entre eles, a questão da reforma tributária, a revisão da reforma trabalhista e a relação do Poder Executivo com as Forças Armadas. Todos esses desafios são reais e importantes, mas, para enfrentá-los com políticas concretas, o governo deve ter clareza de suas relações internas e da hierarquia entre eles, desde os mais importantes e mais complexos até os mais simples e mais fáceis de serem resolvidos. A partir dessas observações preliminares, pretende-se analisar não só a difícil situação herdada do governo anterior e o esforço necessário para a



A relação do novo governo com as Forças Armadas é um delicado desafio a ser enfrentado

reconstrução do país, mas também, e sobretudo, os novos e grandes desafios colocados pela conjuntura nacional e internacional. Para tanto, faz-se necessário organizá-los por ordem de importância e urgência, distinguindo os mais urgentes, os de curto prazo e os de longo prazo. É crucial explicitar a relação interna entre eles e sua importância para a reconstrução e o desenvolvimento nacional. Para tanto, analisa-se, primeiro, a visão geral da grande mídia e, depois, apresentam-se e analisam-se os mesmos desafios de acordo com a visão do novo governo.

Buscando alcançar esses objetivos, após esta introdução, o texto aborda tópicos como a visão da grande mídia; a análise crítica do desmonte praticado pelo governo anterior e a necessidade da reconstrução nacional; as primeiras medidas já tomadas pelo novo governo, o desafio urgente e necessário de acabar com a fome, o analfabetismo e a fila do SUS; a questão democrática, o desafio da governabilidade e a retomada do desenvolvimento sustentável. Uma breve conclusão tentará realçar as principais questões analisadas no texto.

2 A VISÃO DA GRANDE MÍDIA

A grande mídia, formadora de opinião, compreendida de modo geral como os principais veículos de circulação nacional e outros meios de comunicação impressa, televisiva ou mesmo digital, formou alto consenso a propósito dos principais desafios a serem enfrentados pelo novo governo Lula, no início de seu terceiro mandato, que abrangem desde os temas ambientais (Folha de São Paulo, 2023), até os aspectos políticos e econômicos (Valor Econômico, 2023). Esses veículos de imprensa já haviam reconhecido que, nos mandatos anteriores, seu governo fora marcado por um período de crescimento econômico e redução da pobreza, com medidas como aumento do salário mínimo e expansão de programas de distribuição de renda, tal qual o Bolsa Família. No entanto, os tempos mudaram e o terceiro

mandato se formou marcado por desafios e incertezas (Valor Econômico, 2023). Na economia, lhe é atribuída a missão de conciliar um aumento nos gastos sociais e investimentos com o equilíbrio das contas públicas, para o que é apontado como desafio realizar a reforma tributária (Mendes; Quintino, 2023). No Congresso, vai precisar construir uma base de apoio para aprovar suas propostas, diante de uma sociedade dividida e polarizada. O novo governo também deve procurar estabelecer boas relações com as Forças Armadas.

Não se pretende, aqui, reproduzir tudo o que a grande mídia veiculou, no passado ou no presente, mas tão somente resumir algumas ideias gerais que circularam na imprensa com esse objetivo. Na maioria das vezes, a forma como foram apresentados tais desafios expressa uma visão convencional da economia e da política econômica. A questão do equilíbrio fiscal, por exemplo, é apontada como o principal problema a ser enfrentado pelo novo governo. A imprensa acentua, ainda, que buscar o controle das contas públicas foi uma das promessas de campanha do candidato vencedor das últimas eleições. No entanto, o que a grande mídia parece não lembrar é que as promessas eleitorais acentuavam não só a necessidade de equilibrar as contas públicas, mas também a de efetuar mais gastos sociais, para atender às necessidades da população carente e mais investimentos públicos para reativar o crescimento econômico. Na realidade, o objetivo de buscar o equilíbrio fiscal é recorrente em todos os governos. Em 2016, por exemplo, com a finalidade de atingir o suposto equilíbrio nas contas públicas, o Congresso Nacional aprovou o teto de gastos. No entanto, isso não impediu os volumosos gastos do governo Bolsonaro-Guedes, da ordem de R\$ 800 bilhões acima do limite constitucional. Parte desses gastos estava relacionados à pandemia; contudo, um volume expressivo deles estava relacionado ao processo eleitoral.

Outro desafio a ser enfrentado pelo novo governo, conforme a mídia conservadora, diz respeito às suas relações com o Congresso Nacional. Afirma-se, não sem razão, a necessidade de uma base sólida de apoio parlamentar, pois grande parte das políticas propostas pelo novo governo precisam da aprovação do Parlamento. Para conseguir esse necessário apoio parlamentar, os governos costumam oferecer, em troca, alguns ministérios e outros importantes cargos públicos, além das vultosas verbas parlamentares. Saber negociar com o Congresso é, talvez, o principal meio de conseguir a necessária governabilidade, a um preço, quiçá, elevado demais.

A necessidade de pacificar a sociedade brasileira é também um grande desafio para o novo governo, pois torna-se difícil governar uma sociedade polarizada e dividida, como a brasileira, herança também das ideias e práticas do bolsonarismo, uma força política com traços autoritários e antidemocráticos. A governabilidade e o fortalecimento da democracia exigem uma pacificação social. Para tanto, é necessário que o novo governo mantenha o espírito de frente ampla, integrada por diferentes forças políticas, que o elegeram e que marcaram a composição inicial do seu ministério.

A questão das relações com as Forças Armadas constitui outro desafio delicado a ser enfrentado. É reconhecido que, no governo Bolsonaro, houve um forte envolvimento das Forças Armadas na política brasileira. Os militares passaram a ocupar importantes cargos na máquina pública e ganharam um poder enorme, sobretudo no governo federal. Trata-se de um problema difícil de equacionar, que exige um tratamento cauteloso. Como sugere Luiz Antonio Araújo (2022), “depois de mais de uma década de episódios de intromissão indevida na política, as Forças Armadas brasileiras devem ser devolvidas à atribuição constitucional de defesa do território nacional. Para que essa redesignação institucional seja eficaz,

O desafio de controlar a inflação a qualquer custo sempre foi utilizado pelas forças e mídias conservadoras para criticar os governos progressistas e cobrar deles medidas eficazes de estabilização dos preços, pois a grande imprensa reflete a visão convencional da política econômica, para a qual a inflação tem uma única causa, que é o excesso de gastos públicos

princípios como hierarquia e disciplina precisam ser enfatizados e fortalecidos”. Para tanto, a escolha de um civil para o Ministério da Defesa foi uma decisão acertada para manter as Forças Armadas sob o controle do poder civil legal, como determina a Constituição da República.

Um amplo consenso parece ter se formado sobre o desafio que é colocar a economia na rota do crescimento. Sua dificuldade aumenta diante do cenário de desaceleração da economia brasileira e mundial. Efetivamente, as perspectivas de crescimento para 2023 são ainda menores do que foram para 2021 e 2022, pois, nos últimos dois anos, a economia foi estimulada pelo considerável volume de gastos efetuados para fazer frente ao problema da pandemia e também pelos gastos de cunho eleitoral efetuados pelo antigo governo, situação que dificilmente se repetirá em 2023. Um tal consenso da grande mídia, no entanto, não enfrenta o desafio que é conciliar crescimento da economia, equilíbrio fiscal e as altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central.

O desafio de controlar a inflação a qualquer custo sempre foi utilizado pelas forças e mídias conservadoras para criticar os governos progressistas e cobrar deles medidas eficazes de estabilização dos preços, pois a grande imprensa reflete a visão convencional da política econômica, para a qual a inflação tem uma única causa, que é o excesso de gastos públicos. Uma única receita de cura para uma só causa, o controle dos gastos públicos e a elevação da taxa de juros. Para tanto, ela parece aceitar sem muitos questionamentos a autonomia plena do Banco Central e sua política monetária independente, ignorando que a mesma lei que confere autonomia estabelece também como objetivo a necessidade de promover o crescimento e o pleno emprego. Assim, faz-se necessária a coordenação entre as políticas monetária e fiscal. A questão fundamental é sempre esquecida pela grande imprensa conservadora.

Entre outras medidas desafiadoras para o novo governo, tem sido apontado por economistas e outros especialistas o desafio da reforma tributária como uma das mudanças legislativas mais necessárias para reduzir a burocracia, aumentar produtividade e estimular o crescimento da economia brasileira, como é ressaltado por Douglas Gravas (2023) em matéria publicada na *Folha de S.Paulo*: “A aprovação da reforma tributária é uma demanda

antiga, que atravessa diferentes setores e traz a expectativa de redução de custos com pessoal e liberação de recursos para investimentos em produção”. Essa reforma deveria ser tratada como continuidade das reformas promovidas pelos governos Temer e Guedes-Bolsonaro, como foi o caso da reforma trabalhista, aprovada sob o argumento de que esta era necessária para reduzir o risco jurídico para empresas em processos trabalhistas; da reforma da previdência, visando reduzir a trajetória ascendente das despesas previdenciárias, que representavam quase a metade do gasto primário do governo, e da nova lei que confere autonomia ao Banco Central, como mecanismo mágico de controle da inflação.

Nesse conjunto de desafios do novo governo, destacam-se a formulação do arcabouço fiscal, que substituiu o malfadado teto de gastos, e a reforma tributária; ambos já venceram etapas importantes em sua tramitação na Câmara Federal. Tem sido destacado, ainda, o Marco Legal do Saneamento, o qual, além de desobstruir um dos maiores gargalos sanitários do país, dado que quase metade da população brasileira não tem saneamento básico, exigirá um volume considerável de investimentos públicos e privados para sua efetivação, investimentos que sem dúvida contribuirão para reativar o crescimento da economia.

3 A VISÃO CRÍTICA

3.1 O DESMONTE E A NECESSIDADE DE RECONSTRUIR

O Relatório Final do Gabinete de Transição (Gabinete de Transição Governamental, 2022) do novo governo descreve a situação deixada pelo governo de Bolsonaro-Guedes como “o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas”. É significativo comparar, como fazem Esteves e Musse (2023), a terminologia usada pelo presidente Lula ao tomar posse, em 2023, com a terminologia usada por ele ao tomar posse no seu primeiro mandato. Em 2023, o presidente utilizou pelo menos dez vezes os termos “reconstrução”, “reconstruir”, “construção”, “reerguer”, “refundar”. Já no discurso de posse de 2003, ele utiliza por 12 vezes os termos “mudar” e “mudança”. Essa simples comparação semântica é reveladora da visão dos problemas a serem enfrentados. No mesmo sentido, Altman (2023) ressalta que “a frente ampla que derrotou Jair Bolsonaro apresenta inequívoca natureza restauradora”.

Efetivamente, o governo anterior teve como meta norteadora a redução do papel do Estado e o desmonte dos mecanismos de execução das políticas públicas em áreas essenciais, como educação, saúde e previdência. Seu legado desastroso se insere plenamente no período 2016-2022, durante o qual redução da renda *per capita* chegou a ser de - 0,5% ao ano, atingindo o mais baixo nível histórico da economia brasileira.

É necessário lembrar que esse processo de desmonte do Estado e das políticas públicas de crescimento da economia, do aumento do emprego e da renda, desmonte este deixado como herança pelo governo Bolsonaro, teve início bem antes e não se limitou apenas à economia; foi muito mais amplo e profundo.

Na economia, tratou-se de retirar o Estado de amplos setores de atividades, com a privatização de empresas estatais e ações direcionadas às parcerias público-privadas. Na verdade, essa escalada neoliberal conservadora, que foi reduzindo o papel do Estado e degradou a prestação de serviços públicos, deixando uma herança desastrosa para o país, começou pela aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso. Essa lei abriu as portas para o desmonte do setor público. Depois, seguiram-se

outras mudanças institucionais, que aprofundaram as reformas liberais, como a trabalhista e a da previdência, que pioraram as condições de trabalho e desobrigaram o Estado a efetuar gastos públicos em setores sociais essenciais. Em 2016, foi estabelecido o teto de gastos, que limita profundamente a ação estatal e favorece a privatização de empresas, como foi o caso da Eletrobras, da Liquigás, da BR Distribuidora, das refinarias e de diversos campos de extração de petróleo no pré-sal. A onda liberal conservadora visou desmontar, também, as políticas de inclusão social dos governos progressistas, o apoio à indústria nacional, além das políticas sociais, como a redução de gastos em ciência e tecnologia, educação e cultura, desenvolvimento e integração latino-americana. Conforme Martins (2023), esse desmonte foi estimulado pelo projeto “Uma ponte para o futuro”, do governo Temer. Como sabemos, o futuro transformou-se em queda no abismo, porque a ponte não levou a lugar nenhum, nem do passado, nem do futuro.

De acordo com Souza (2023), como consequência dessas medidas conservadoras, o Brasil apresentou, nos últimos anos, um baixíssimo nível de investimentos, apenas 16% do PIB, possivelmente um dos mais baixos da sua série histórica. Se forem retirados os investimentos da construção civil residencial, a formação bruta de capital fixo (FBCF) da economia brasileira chegaria aos míseros 13% do PIB, percentual largamente insuficiente para garantir o necessário crescimento econômico. Como consequência dos baixos percentuais de investimento, a economia perdeu grande parte de seu dinamismo e deixou de crescer. Como acentuam Marchetti, Miebach e Morrone (2023) o baixo crescimento da economia expressou-se na taxa média de apenas 1,2% ao ano, no período 2016-2021, quando seria necessária uma taxa média anual de pelo menos o dobro dessa taxa para garantir um bom nível de emprego e de renda. Como consequência, a combinação da agenda neoliberal com a pandemia levou a uma queda acentuada no padrão de vida da população.

Ao mesmo tempo que a economia pouco crescia, processava-se uma brutal concentração da riqueza, chegando a um patamar nunca visto em outros tempos da história. Foi o fracasso do governo Temer que abriu espaço para a extrema direita chegar ao poder e produzir a calamitosa destruição econômica e social que observamos. Como é conhecido, o governo Bolsonaro foi apoiado pelas forças conservadoras e de extrema direita, que incluem evangélicos, segmentos militares antidemocráticos, setores ligados ao agronegócio, empresários urbanos e grupos neoliberais liderados pelo ex-ministro da economia Paulo Guedes.

A situação crítica deixada pelo governo anterior pode ser avaliada por uma série de fatores, tais como: as mais de 700 mil mortes durante a pandemia, grande parte das quais poderiam ter sido evitadas, não fosse a flagrante omissão do governo federal. Acrescentem-se a esse quadro o desmonte dos setores educacional e da saúde, o agravamento da fome, da miséria e da degradação das condições de existência da população mais pobre. Grande parte desses problemas se deve à demora e mesmo à resistência do governo federal em tomar providências contra a pandemia, ignorando os repetidos alertas das autoridades sanitárias nacionais e internacionais. A Presidência da República e especialmente o Ministério da Saúde simplesmente se omitiam em coordenar as atividades de combate à pandemia, atitude que obrigou o Supremo Tribunal Federal (STF) a delegar a prefeitos e governadores a competência de atuarem em suas respectivas áreas. Tais providências foram decisivas para o enfrentamento da pandemia, impedindo que o negacionismo presidencial produzisse ainda mais vítimas. O STF também se pronunciou sobre a constitucionalidade da vacinação obrigatória, bem como sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras, visando diminuir os



Jornal A Noite noticia em 1953 o projeto do governo Vargas de criação da Eletrobras. O projeto foi enviado ao Congresso no ano seguinte (1954), mas a empresa só seria oficialmente instalada em 1962, já no governo João Goulart. Ao lado, treinamento da equipe de Furnas nos anos 1960



riscos de contaminação. Mas a situação mais grave se expressa, sem dúvida, nos inúmeros ataques feitos pelo ex-presidente Bolsonaro e por membros de seu governo à credibilidade do sistema eleitoral brasileiro, primeiro pela campanha do voto impresso e, depois, pelo ataque à confiabilidade das urnas eletrônicas. Reconhecidamente um dos sistemas eleitorais mais seguros, transparentes e auditáveis do mundo, foi repetidamente colocado em dúvida com o claro objetivo de criar as condições para a ruptura democrática e a implantação de um regime autoritário no país. Em contraposição, as medidas tomadas pelos tribunais superiores foram decisivas para a frear as arbitrariedades praticadas pelo governo Bolsonaro e pelo bolsonarismo e preservar o regime democrático. A democracia resistiu aos ataques e se fortaleceu com a crise. O STF foi, sem dúvida, um dos responsáveis por seu fortalecimento nos últimos anos.

Efetivamente, as ameaças do governo tiveram de ser enfrentadas pela resistência civil democrática e especialmente pelas ações corajosas e precisas do Poder Judiciário, como bem ressaltam Marinho e Valim (2023): “A extrema direita brasileira elegeu o STF como principal adversário na luta contra nossa democracia”.

Como vemos, o enorme trabalho de reconstrução do novo governo progressista começará por desmontar a estrutura do liberalismo radical que dificulta ao Estado brasileiro realizar seu projeto de desenvolvimento inclusivo e sustentável. As forças progressistas e democráticas devem ficar alertas e vigilantes para fazer frente a futuras ameaças de golpe e destruição, pois essas forças retrógradas estão ainda muito vivas e atuantes. Se nada for feito, elas podem voltar a comandar o país num futuro próximo, com todas as consequências desastrosas que já podemos prever.

3.2 PRIMEIRAS MEDIDAS DE RECONSTRUÇÃO

A eleição do presidente Lula, uma das mais disputadas da história política brasileira, traz grande esperança. E, também, grandes desafios. Desde os primeiros momentos de seu

novo mandato, o governo Lula tomou uma série de medidas, algumas de caráter estrutural de longo prazo, outras de curto prazo e de caráter mais emergencial, todas elas com o objetivo de consertar os estragos feitos pelos governos Temer e Bolsonaro e, assim, recuperar a economia e fortalecer a inclusão social. Dentre tais medidas, podemos ressaltar a retomada das políticas sociais já praticadas em seus mandatos anteriores, como o Bolsa Família, o Mais Médicos, a recuperação do salário mínimo, o Minha casa, Minha Vida, o aumento da isenção do imposto de renda, o programa de aquisição de alimentos, a Farmácia Popular e o programa Desenrola, que visa renegociar as dívidas de milhões de consumidores e, com isso, reativar o mercado interno de consumo. Todos esses programas propostos foram aprovados em tempo recorde no Congresso Nacional, mesmo antes da posse do novo governo. Merece destaque, também, a política externa independente e soberana em vigor desde os primeiros dias do novo governo. Ainda durante a campanha eleitoral, o presidente afirmava que era necessário “colocar o pobre no orçamento por meio das políticas públicas e o rico no imposto de renda, cortando benefícios e privilégios”.

Para que fosse possível viabilizar essas primeiras medidas, o novo governo enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional denominada PEC da Transição, que permitiu abrir um espaço fiscal no Orçamento de 2023 da ordem de R\$ 145 bilhões, recursos fundamentais para iniciar as atividades sociais do novo governo. Todas essas medidas, ao mesmo tempo que promovem a inclusão social e combatem a desigualdade, fortalecem o mercado interno de consumo e contribuem para reanimar a economia que estava beirando a estagnação.

Tais medidas, embora essenciais para atender às enormes demandas sociais e, de alguma maneira, incentivar o crescimento econômico no curto prazo, mostram-se insuficientes para reconstruir a economia e criar as condições para o desenvolvimento de longo prazo. Para esta tarefa mais fundamental, é imprescindível promover a reindustrialização, como está nos planos do novo governo, em novas bases tecnológicas e realizar o lançamento de um amplo programa de obras de infraestrutura econômica e social. O presidente Lula anunciou também a retomada de mais de mil obras que haviam sido interrompidas anteriormente. O novo governo salientou, ainda, que o investimento e a incorporação de ciência, tecnologia e inovação deviam se constituir os principais motores desse processo de reconstrução econômica e social.

3.3 O DESAFIO DE ACABAR COM A FOME, O ANALFABETISMO E A FILA DO SUS

Acabar com a fome, o analfabetismo e a fila do SUS é um desafio emergencial do novo governo. Segundo pesquisas recentes, a tragédia da fome atinge 33,1 milhões de pessoas no Brasil atual. As políticas de inclusão social dos governos Lula e Dilma reduziram sensivelmente a dramaticidade da questão da fome, mas o problema recrudescceu durante os quatro anos do governo Bolsonaro. Por isso, acabar com a fome se impõe como o desafio mais urgente e necessário para o novo governo. A reestruturação do Bolsa Família, corrigindo as distorções cadastrais do passado e os novos valores já em vigor, significa apenas um primeiro passo dado na direção certa. Porém, não é o suficiente. É preciso garantir por meios legais sua efetivação permanente como um direito fundamental de todos os cidadãos. Não passar fome é um pressuposto do direito à vida. Garantir uma renda mínima permanente a todo indivíduo deveria ser uma política de Estado, e não apenas de governo; uma garantia constitucional. Como já foi ressaltado, as políticas de inclusão social, além de reduzirem a

Outro desafio urgente e inadiável diz respeito à erradicação do analfabetismo no Brasil. É inaceitável que, em pleno século XXI, depois de quase quatro mandatos de governos progressistas, ainda tenhamos de conviver com uma taxa elevada de analfabetismo. Dados do IBGE apontam que, em 2020, havia cerca de 16 milhões de analfabetos no Brasil, o que equivale a aproximadamente 7% da população brasileira

pobreza e o analfabetismo, contribuem para ativar o mercado interno e permitir que uma massa considerável da população historicamente excluída possa se alimentar. Como ressalta Grzibowski (2023), “o direito a se alimentar é a expressão mais elementar da democracia” e “não é por falta de alimentos que milhões passam fome no Brasil”. Sua conclusão afirma que a fome não é uma situação natural, mas “o produto social mais visível do nosso modelo de desenvolvimento insustentável”.

Outro desafio urgente e inadiável diz respeito à erradicação do analfabetismo no Brasil. É inaceitável que, em pleno século XXI, depois de quase quatro mandatos de governos progressistas, ainda tenhamos de conviver com uma taxa elevada de analfabetismo. Dados do IBGE apontam que, em 2020, havia cerca de 16 milhões de analfabetos no Brasil, o que equivale a aproximadamente 7% da população brasileira. Não bastassem esses dados escandalosos, há ainda que acrescentar os 38 milhões de denominados “analfabetos funcionais”, aqueles indivíduos acima de 20 anos que não completaram o ensino formal mínimo, que os habilitaria ao mercado de trabalho.

O analfabetismo persiste no Brasil em percentual elevado, e não há indicações de que seja eliminado no curto prazo. Trata-se de problema grave e emblemático. Além da falta de um projeto nacional de erradicação do analfabetismo, é necessário reverter o processo que alimenta sua continuidade e sua perpetuação. Muitos jovens abandonam a escola sem mesmo terem completado o processo de alfabetização, insatisfeitos, desmotivados e desiludidos com os modelos arcaicos de educação, que julgam de pouca utilidade para sua vida. Domina também o preconceito de que os mais pobres não têm condição de aprender ou, o que seria ainda mais grave, a ideia de que a camada mais abastada da população necessita dos serviços dessa população analfabeta. Certamente que, no momento em que esses milhões de analfabetos se alfabetizarem e receberem uma educação melhor, deixarão de ser mão de obra barata e servil à disposição dos mais ricos.

Além disso, não basta que a escola alfabetize minimamente essa parcela da população. Ela necessita muito mais do que aprender a ler e escrever. Precisa de conhecimentos



Relatório final do Gabinete de Transição do novo governo. O grupo foi coordenado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (centro)

inovadores, de exercícios de prática profissional e inserção no mercado de trabalho. É fundamental também que as crianças recebam uma formação cidadã que lhes permita compreender minimamente o mundo em que vivem. De outro modo, uma política educacional consistente com essas perspectivas é imprescindível para qualquer projeto nacional de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Por fim, um terceiro desafio emergencial é acabar com as filas do SUS. É reconhecida no mundo todo a importância do Sistema Único de Saúde, que vigora no Brasil desde a vigência da Constituição de 1988, segundo a qual a saúde é um “direito de todos os cidadãos e um dever do Estado”. O SUS, além de um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, é um dos poucos sistemas a garantir assistência integral e completamente gratuita. Realmente, poucos países no mundo dispõem de um sistema de saúde público e universal como o Brasil.

A criação do SUS foi uma grande vitória do povo brasileiro. No entanto, vencidas as dificuldades iniciais de sua implantação, devidas à sua complexidade, aos custos e à amplitude geográfica de sua abrangência, parece inaceitável conviver com a demora do atendimento sobretudo nos serviços de urgência. Conforme dados do próprio Ministério da Saúde, a fila de espera do SUS para consultas, exames e cirurgias eletivas tem mais de 1 milhão de pessoas (Pagno, 2023).

Diversas causas contribuíram para o agravamento da situação. Antes de tudo, trata-se de uma herança maldita do descaso do governo anterior com a saúde da população, sobretudo no período da pandemia. Acrescente-se a deficiência de pessoal qualificado para atender adequadamente a demanda dos pacientes, a falta de investimentos em hospitais, unidades de pronto atendimento (UPAs) e a carência de equipamentos adequados de saúde. A falta de médicos, sobretudo no interior do país, bem como na periferia das grandes cidades, é outro grave problema a ser vencido. A reativação do programa Mais Médicos vem suprir essa deficiência. Sua interrupção pelo governo anterior é o retrato evidente do descaso a que foi relegada a saúde da população. Há outros elementos indicativos da situação desastrosa deixada pelo governo Bolsonaro, quando o SUS enfrentou enormes desafios e até uma hostilidade do governo neoliberal, que chegou a militarizar o Ministério da Saúde durante a pandemia. Por fim, para avançar na consolidação do SUS é decisivo enfrentar a questão do

financiamento, o que só pode ser alcançado pelo aumento dos recursos orçamentários para a saúde. Somente dessa forma será possível vencer o desafio de garantir uma cobertura universal de qualidade dos serviços prestados à população mais pobre da sociedade brasileira.

3.4 O DESAFIO DEMOCRÁTICO

A vitória do presidente Lula, em 2022, contra o governo Bolsonaro significou a “vitória da democracia contra o obscurantismo”, fortemente instalado no país desde o golpe de 2016, mas foi com as práticas desse governo que o obscurantismo tomou conta e se generalizou para quase todas as esferas do poder.

O presidente Lula, já em seu discurso de posse no Congresso Nacional, deixou claro que vinha para trazer de volta a esperança e abrir novos rumos para o Brasil. Também enfatizou que o desafio democrático não era uma questão passageira, relacionada com a vitória eleitoral, mas que era necessário defender uma “democracia para sempre”. A democracia devia ser um projeto duradouro. Era necessário reconstruir o país, garantir os direitos e fortalecer as instituições democráticas criadas pela Constituição Federal, bem como reforçar o compromisso com a soberania nacional e impedir o retorno do autoritarismo ao país.

A democracia não pode ser vista apenas como uma forma ou um mero instrumento do poder, pois tem importância e abrangência muito mais universais e profundas. Carlos Nelson Coutinho (1978), em um texto clássico, definiu a “democracia como um valor universal”. Lutar pela democracia é lutar pelas liberdades democráticas. Nessa perspectiva aberta por Coutinho, a tarefa do novo governo não deve limitar-se apenas a reconstruir a democracia e reforçar as práticas democráticas, mas aprofundá-las para diminuir as desigualdades sociais, acentuadas no governo Bolsonaro. Necessário é, também, fortalecer as políticas públicas e reconquistar os direitos sociais dos segmentos mais vulnerabilizados nos últimos anos. Só uma democracia mais forte e mais radical poderá enfrentar os enormes desafios que se apresentam na atual conjuntura econômica e social brasileira.

Assim, o desafio democrático que o novo governo deve enfrentar se apresenta como indissociável das políticas de inclusão social e do desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva de um desenvolvimento sustentável ecológica e socialmente só se sustenta se estiver fundamentada no processo democrático. É a melhor garantia de uma sociedade mais justa e igualitária. Como sabemos, a eleição de Bolsonaro significou a implantação de uma agenda ultraliberal, que implicou um amplo programa de privatizações, mudanças das leis ambientais, o menosprezo dos direitos das minorias e ataque permanente à democracia, que nunca esteve tão ameaçada quanto no governo Bolsonaro; tal ameaça, contudo, teve origem algum tempo antes. Ela começou a ser urdida pelo menos desde a concepção do plano de deposição da presidente Dilma. Esse golpe na democracia, embora revestido de roupagens legais e democráticas, marcou profundamente o processo político brasileiro e mostrou até onde as forças antidemocráticas são capazes de chegar para atingir seus objetivos. O processo judicial fraudulento que culminou com a prisão do presidente Lula mostra com clareza a capacidade das forças antidemocráticas de criar e usar os instrumentos necessários para atingir seus fins. A eleição do presidente Bolsonaro, em 2018, ao contrário do que se pode pensar, não era o objetivo final desse processo. O que essas forças conservadoras e neoliberais pretendiam, e ainda pretendem, é a implantação no Brasil de um regime autoritário, mesmo que com aparências constitucionais. Bresser-Pereira (2023) acentua ser “inegável que Bolsonaro tentou

Foto: Fábio Tito



Coordenador do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) acompanha visita a escola em Anumã, à beira do Tapajós. Em pleno século XXI, a erradicação do analfabetismo segue como desafio nacional

dar um golpe várias vezes durante seu governo”. Basta lembrar a série de episódios repetidos, muitas vezes, “como o ataque sistemático às urnas eletrônicas”, com o fim de atingir a credibilidade do sistema eleitoral, o qual culminou com os atos criminosos de 8 de janeiro de 2023. Todas essas tentativas de golpe só não tiveram êxito, continua o mesmo autor, devido fundamentalmente à reação corajosa da “sociedade civil brasileira” e à enérgica ação do sistema jurídico, especialmente o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal.

As tentativas de golpe até o momento parecem ter fracassado, mas nada garante que as forças derrotadas não voltem a tentar romper novamente com as instituições democráticas. Por isso, é preciso fortalecê-las, pois as forças que conspiraram contra a democracia, embora derrotadas nas últimas eleições, não estão mortas. Muito pelo contrário: estão mais fortes ainda e sempre urdindo planos antidemocráticos. Isso faz parte de sua visão de mundo e de sua estratégia de poder. Como ressalta Attuch (2023), os democratas devem estar sempre alertas, pois “aqueles que patrocinaram as jornadas de junho de 2013, a destruição econômica da Lava Jato, a derrubada de Dilma e a prisão política de Lula em 2017 podem religar seus motores a qualquer momento”.

Esse parece ser o desafio central do novo governo, pois sem a democracia, os avanços sociais e os estímulos ao crescimento da economia poderão facilmente ser eliminados, como ficou claro nos últimos quatro anos. Sem democracia não há desenvolvimento social e ecologicamente sustentável.

3.5 O DESAFIO DA GOVERNABILIDADE: A POLÍTICA E O BANCO CENTRAL

O desafio político da governabilidade se expressa na seguinte questão: como governar com a grande e heterogênea coalizão de interesses formada no período eleitoral?

Além de uma boa dose de pragmatismo, o bom desempenho da economia parece fundamental para manter e alargar o apoio parlamentar necessário para implementar as

políticas redistributivas e de inclusão social prometidas durante a campanha eleitoral. No entanto, como afirmam Marchetti, Miebach e Morrone (2023), embora as medidas emergenciais de caráter social e mesmo a política econômica de curto prazo possam influenciar os investimentos e o crescimento, elas são insuficientes para sustentar o crescimento de longo prazo. Um grande dilema e um intrincado desafio estão colocados: por um lado, sem uma base de apoio parlamentar sólida e segura, muitas das propostas importantes da campanha eleitoral correm o risco de se desvirtuar ou mesmo de não sair do papel; por outro, à medida que a base de apoio se amplia demais, surge a questão do preço ou do custo político dessa necessária governabilidade. Não pode ser esquecido o que aconteceu com a presidente Dilma, que, recém-eleita para um segundo mandato por pequena margem de votos, em 2014, adotou uma política econômica de austeridade, no intuito de reforçar sua base de apoio. Mas a virada neoliberal de 2015, em vez de ampliar sua base de apoio político entre as forças conservadoras, como era seu objetivo, reduziu o apoio político dos setores populares e também das forças conservadoras, que julgaram brandas demais as medidas tomadas pelo governo, que ficou sem base de sustentação e foi golpeado em 2016.

Na conjuntura atual, no entanto, a governabilidade não depende apenas do apoio do Congresso Nacional ao novo governo. Um novo obstáculo se apresenta: a política monetária independente praticada pelo Banco Central do Brasil, como já ficou claro nos primeiros dias de governo. A posição independente do BC pode constituir-se em forte obstáculo à governabilidade, uma vez que as altas taxas de juros bloqueiam os investimentos e, por consequência, o desempenho positivo da economia. Foi no bojo das reformas liberais praticadas pelo último governo que se aprovou a lei de autonomia do BC. Para os defensores dessa autonomia, ela parece uma coisa simples e até mágica. Um BC autônomo parece ser uma espécie de piloto automático capaz de conduzir o barco do combate à inflação para seu porto seguro. Sabemos, no entanto, que a inflação pode ser resultado de muitas causas — e não apenas do aumento dos gastos fiscais — e que as relações entre política monetária e fiscal são muito mais complexas do que entende o BC. Para este último e para a ortodoxia econômica, só há uma causa da inflação: o excesso de gastos do governo. E só há uma receita: a elevação dos juros. Atualmente, a taxa nominal é de 13,75% e a taxa real situa-se em torno de 8% ao ano, a mais elevada do mundo. Seu custo é também elevadíssimo, situando-se em torno de R\$ 40 bilhões mensais, ou seja, R\$ 480 bilhões anuais, um valor muito acima dos gastos com saúde e educação.

A propósito da natureza da independência do BC, Nassif (2023) se pergunta: mas ele é realmente independente? E responde: “Em relação ao governo, sim; em relação ao mercado, sua posição é de total subserviência”. E continua afirmando ainda que o BC “não tem discernimento próprio para definir políticas monetárias autônomas”, pois ele foi treinado para operar taxas como o ratinho de Pavlov: “Se a expectativa de inflação do mercado sobe, suba-se a Selic”, e “se as taxas de juros longas operadas pelo mercado sobem, aumente-se a Selic”. E o que parece mais comprometedor: “Se o governo anuncia a mera intenção de desenvolver o país, o BCB solta uma nota alertando que as expectativas se deterioraram e haverá nova alta dos juros”.

Nessa complexa discussão sobre a completa independência do BC — na verdade um quarto poder paralelo ao lado dos três poderes constitucionais, e a governabilidade do Poder Executivo, legitimamente eleito para governar —, é muito esclarecedora a relação que fazem Cunha e Peruffo (2023) entre a política e a história de cada BC:

Foto: Freepik



A sustentabilidade do desenvolvimento não se refere apenas à preservação do meio ambiente natural. Trata-se de um conceito complexo e abrangente. O meio ambiente, além do natural, envolve o econômico e o social; ou seja, o desenvolvimento, para ser sustentável, precisa contemplar todas essas dimensões

Muitos deles, como os influentes Banco da Inglaterra e a Reserva Federal dos Estados Unidos, nasceram sob forte influência do setor privado. Outros se estruturaram sob o manto do poder centralizador dos Estados Nacionais. A ideia de que a gestão da moeda é estritamente técnica, isolada dos interesses privados ou das pressões políticas é uma ilusão perigosa. O que difere a natureza institucional dos BCs, tanto hoje quanto ao longo do tempo, é o peso com que cada um destes lados influencia o pêndulo das decisões, bem como a forma de cada sociedade lidar com elas.

Cumprir lembrar, ainda, que a lei confere apenas uma autonomia operacional ao BC, e não uma independência absoluta. Seu objetivo é o de harmonizar a política monetária com as demais medidas de política econômica do governo, especialmente com a política fiscal. De acordo com o espírito e mesmo com a letra da referida lei, o banco “tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços”, zelar pela estabilidade e eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego”. Não é o que se observa neste início do novo governo Lula. A política monetária vem sendo conduzida de forma totalmente desconectada das demais medidas de política econô-

mica, como a política de investimentos, de crescimento econômico e, por consequência, do pleno emprego. Como ressalta criticamente Belluzzo (2023), a orientação teórica do BC segue a velha ortodoxia econômica: “As políticas econômicas pós-1980 se afogaram no maremoto financeiro de 2008, mas os naufragos do pensamento econômico inspiradores da tragédia tentam nadar até a praia em um esforço para salvar o que restou de seu ‘capital intelectual’”. Os países asiáticos, que conseguiram se desenvolver, não seguiram os princípios que orientam a atual política monetária do nosso Banco Central (Belluzzo, 2023): na Coreia, por exemplo, a taxa média de inflação na década de 1960 foi de 17,4% ao ano e de 19,8% nos anos 1970. Não se trata apenas do caso da Coreia, pois há uma vasta literatura sobre as políticas de estabilização dos países asiáticos, sempre administradas por muitos instrumentos, e não unicamente pela política monetária da taxa de juros, como vem praticando o BC, sempre com o cuidado de não afetar os investimentos nem a competitividade das exportações.

É notório e inegável que a orientação teórica norteadora das ações do BC dificulta a coordenação da política monetária e da política fiscal, comprometendo a própria governabilidade do país. A posição do Banco Central se alicerça na falácia de que a perspectiva de inflação ainda está alta, devido ao descontrole fiscal do governo. Uma falácia que, além de afetar a governabilidade, acarreta custos financeiros elevados, um baixo crescimento econômico e uma enorme concentração da riqueza e da renda nacional.

3.6 O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade do desenvolvimento não se refere apenas à preservação do meio ambiente natural. Trata-se de um conceito complexo e abrangente. O meio ambiente, além do natural, envolve o econômico e o social; ou seja, o desenvolvimento, para ser sustentável, precisa contemplar todas essas dimensões. O grande desafio será colocar novamente o Brasil na rota do desenvolvimento, quer ele seja sustentável, quer seja insustentável, rota esta perdida há mais de 40 anos. Para tanto, é necessário pensar no longo prazo, pois um desenvolvimento alicerçado apenas nas ações de curto prazo torna-se rapidamente insustentável, como mostra a história econômica brasileira.

Conforme salienta De Paula (2023), além de as perspectivas para a economia brasileira não serem muito otimistas, o que mais preocupa é que “não há projeção para uma retomada do crescimento econômico mais vigorosa no curto prazo, dadas as várias restrições conjunturais e estruturais” que afetam a economia nacional. No entanto, continua ele, parece que nem tudo está perdido, já que “há espaço para adoção de uma agenda pró-crescimento. O maior desafio, porém, será a “implementação de uma agenda de desenvolvimento para o país”, na qual a “agenda ambiental terá que ter um papel fundamental na estratégia de desenvolvimento de longo prazo”.

A propósito do desenvolvimento de longo prazo, Marchetti, Miebach e Morrone (2023) dividem o período 1947-2021 em duas fases bem distintas. A primeira abrange o período desenvolvimentista, entre 1947 e 1980, quando a taxa de crescimento do PIB foi de 7,4 % ao ano. Nessa fase, a economia brasileira foi uma das mais dinâmicas do mundo. O crescimento foi liderado pelo setor industrial, no âmbito da política de industrialização por substituição de importações. A erosão desse processo começou em 1973, com o fim da Idade de Ouro do capitalismo. A segunda ocorreu entre 1980 e 2021, o período neoliberal, quando o PIB cresceu a uma taxa de apenas 2,3% ao ano. Essa fase neoliberal, por sua vez,

pode ser dividida em quatro subperíodos: primeiro, de 1980 a 1989, a denominada “década perdida”, marcada por estagnação, elevada inflação e abandono da política de industrialização; segundo, entre 1989 e 2002, nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, quando o neoliberalismo foi amplamente implementado, com medidas como a abertura das contas comerciais e financeiras, a privatização de empresas estatais e a redução do papel do Estado. O terceiro subperíodo, entre 2003 e 2014, foi marcado pela combinação de políticas neoliberais e desenvolvimentistas. Seu resultado foi o melhor desde 1980. O PIB cresceu 3,4% ao ano. Mas, se considerarmos o período de 2002 a 2010, vemos que o PIB brasileiro cresceu a taxas ainda mais elevadas: 4,05% ao ano. Em quarto lugar, no subperíodo entre 2016 e 2021, que os autores denominam de “neoliberalismo tardio”, a taxa média anual de crescimento da economia brasileira foi de apenas 1,2%. Esta breve análise histórica reafirma o fracasso do neoliberalismo e a necessidade de políticas públicas de investimento e desenvolvimento. O fracasso das políticas neoliberais dos últimos 30 anos não se confirmou apenas no Brasil. O Fundo Monetário Internacional, um defensor central do neoliberalismo, reconheceu seu fracasso mundial como estratégia de promover o desenvolvimento sustentável de um país.

É nessa perspectiva histórica que se insere o novo governo do presidente Lula, cujo sucesso depende do abandono do neoliberalismo e da adoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento, pois a experiência histórica mostrou que desenvolvimento e neoliberalismo não combinam, como reafirmam Marchetti, Miebach e Morrone (2023):

Portanto, o abandono do neoliberalismo e sua substituição por um novo arcabouço institucional capaz de aliar maior crescimento econômico com a geração de emprego e a preservação ambiental é o caminho para o desenvolvimento brasileiro. Restaurar a acumulação de capital e reduzir as emissões de gás carbônico é um desafio para o novo governo.

No curto prazo, advertem os autores, as medidas de reativação da economia requerem sua coordenação com a política macroeconômica do governo, que deve combinar expansão fiscal, aumento das transferências sociais e o aumento do salário mínimo real. Embora essas medidas possam promover o crescimento e atender às expectativas iniciais, “nada garante um crescimento sustentável no longo prazo”, pois, “no longo prazo, é necessário expandir a acumulação de capital e o crescimento por meio do investimento do setor público e das empresas estatais”.

Já no longo prazo, promover o desenvolvimento sustentável requer definir uma estratégia e um plano nacional de desenvolvimento. Para tanto, o principal desafio do novo governo do presidente Lula deveria ser a expandir a acumulação de capital, que passa pela recuperação do papel do BNDES no processo de desenvolvimento nacional.

Para tanto, Amado e Mollo (2023) realçam ser necessário “apresentar um programa de investimentos públicos, que faça crescer a infraestrutura econômica e social, necessária inclusive para a redução de custos que levem ao esperado aumento da rentabilidade dos investimentos privados”. No mesmo sentido, Pinheiro (2023) afirma que “defender as liberdades democráticas, combater as desigualdades, defender o serviço público, garantir investimentos para o SUS, apresentar políticas de investimento que promovam o emprego, avançar na educação básica e fomentar o desenvolvimento da universidade pública são ações tão importantes quanto restabelecer uma pauta política e ideológica de caráter progressista e popular”.

4 CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

As conclusões provisórias visam ressaltar as principais questões analisadas no decorrer do texto. O objetivo central perseguido ao longo do trabalho foi descrever os desafios a serem enfrentados pelo novo governo do presidente Lula, a partir do cruzamento de várias perspectivas. A primeira delas confronta uma visão convencional ortodoxa da economia e da ação do governo, de modo geral expressa pela grande mídia liberal e conservadora, com uma visão crítica da economia e das políticas públicas, em que o Estado desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do país. A visão convencional reafirma os históricos e já conhecidos desafios de manter o equilíbrio fiscal e o controle da inflação, mediante a política monetária independente e a manipulação da taxa básica de juros. No entanto, uma análise histórica da economia brasileira, nos últimos 70 anos, evidenciou o fracasso da política neoliberal e a necessidade de resgatar o papel histórico do Estado, para que a economia retome sua trajetória de crescimento. Procurou-se confrontar, também, os desafios conjunturais de curto prazo com os estruturais de longo prazo. Embora sejam complementares, eles são, por natureza, diferentes. Entre os desafios de curto prazo, ressaltaram-se alguns que são emergenciais, que, embora não sejam problemas novos, requerem ações imediatas. Falamos da necessidade de enfrentar, de uma vez por todas, a questão do analfabetismo, que ainda perdura em percentual elevado no país. Não é mais tolerável conviver com esse problema crônico, que afeta grande parte da população brasileira. Outro desafio que requer uma ação emergencial é a dificuldade de acesso aos serviços básicos da saúde. As filas do SUS continuam longas, herança calamitosa deixada pelo governo anterior e urgente desafio do novo governo. Há, ainda, o desafio, também urgente, do combate à fome, que já vem sendo enfrentado desde os primeiros dias do novo governo. Coloca-se, agora, o desafio de mais longo prazo de tornar permanente a política de combate à fome como uma política de renda mínima e um direito constitucional.

Finalmente, a análise de três desafios fortemente correlacionados, o desafio democrático, o desafio da governabilidade e o do desenvolvimento sustentável. Fortalecer os mecanismos e as instituições democráticas é uma garantia da governabilidade e do desenvolvimento sustentável de longo prazo da economia brasileira. A governabilidade, por sua vez, é pressuposta da democracia e mecanismo eficaz de desenvolvimento.

* Economista. Doutorado pela Unicamp. Professor titular da UFRGS. Foi diretor da Faculdade de Ciências Econômicas. Presidente da Sociedade de Economia do RS e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política. Bolsista do CNPq e da Capes. Concentrou estudos e pesquisas na área da Economia Política.

► Texto recebido em 04 de setembro de 2023; aprovado em 09 de outubro de 2023.

ALTMAN, Breno. A falência da Sexta República e a questão democrática. In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país. São Paulo: Boitempo, 2023.

AMADO, Adriana; MOLLO, Maria de Lurdes. Desafios econômicos na nova era Lula. In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARAÚJO, Luiz Antonio. Governo Lula e militares: como será essa relação? **BBC News Brasil**. Porto Alegre, 28 dez. 2022. Disponível em : <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64083489>. Acesso em 12 dez 2023.

ATTUCH, Leonardo. Como superar a catástrofe facista? In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país. São Paulo: Boitempo, 2023.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Caminhos e descaminhos do crescimento. In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país. São Paulo: Boitempo, 2023.

BRASIL. **Discurso do presidente Lula no Congresso Nacional**. Brasília, 6 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por que a sociedade civil impediu o golpe de Bolsonaro?**. Foi a sociedade civil brasileira com ajuda dos grandes países que impediu o golpe. 23 jun. 2023. Twitter: Brasil 247. Disponível em: www.brasil247.porque.a.sociedade.civil.impediu.o.golpe.de.bolsonaro. Acesso em: 12 dez. 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CUNHA, André. O governo Lula 3: retorno ao desenvolvimentismo? **Jornal Sul 21**, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2022/12/o-governo-lula-3-retorno-ao-desenvolvimentismo-por-andre-mo-reira-cunha/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CUNHA, André; PERUFFO, Luiza. **A Independência dos Bancos Centrais: dilemas e miragens**. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/a-independencia-dos-bancos-centrais-dilemas-e-miragens/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

DE PAULA, Luis Fernando. Perspectivas econômicas para novo Governo Lula: Diagnóstico e sugestões de política. In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país. São Paulo: Boitempo, 2023.

ESTEVES, Anderson; MUSSE, Ricardo. Uma frente amplíssima. In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país. São Paulo: Boitempo, 2023.

FERNANDES, Marta; JÉSER, Abelio. Potencialidades e desafios do novo governo Lula à democratização da política externa brasileira. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, Rio de Janeiro, n. 5, ano 2, p. 96-126, jan./mar. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha organiza seminário sobre desafios do governo Lula na área ambiental e climática. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 maio 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2023/05/folha-organiza-seminario-sobre-desafios-do-governo-lula-na-area-ambiental-e-climatica.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **Relatório final**. Brasília, dez. 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>. Acesso em 12 dez. 2023.

GAVRAS, Douglas. Redução de custos para empresas após Reforma Tributária pode demorar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 ago. 2023. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/Reforma.Tributaria.reducao.de.custos.pode.demorar.09/08/2023.Mercado.Folha.uol.com.br. Acesso em: 12 dez. 2023.

GRZYBOWSKI, Cândido. Lula e o desafio de radicalizar a democracia. **Revista Educação Pública**, 31 dez. 2005. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/lula-e-o-desafio-de-radicalizar-a-democracia>. Acesso em 23 nov. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudos revelam impacto da redistribuição de renda no Brasil**. Brasília. Brasília. 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuiçao-de-renda-no-brasil>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país. São Paulo, Boitempo, 2023.

MANZANO, Sofia. Economia do governo Bolsonaro. Os grandes vencedores. In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARCHETTI, Adalmir; MIEBACH, Alessandro; MORRONE, Henrique. **De volta ao poder: perspectivas e limites do governo Lula**. Porto Alegre, 2023. Mimeografado.

MARINHO, Gustavo; VALIM, Rafael. Democracia em risco: o Judiciário durante o governo Bolsonaro. *In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país.* São Paulo: Boitempo, 2023.

MARTINS, Carlos Eduardo. Os desafios da luta política no Brasil. *In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país.* São Paulo: Boitempo, 2023.

MENDES, Felipe; QUINTINO, Larissa. Reforma tributária: apesar do consenso, aprovação terá caminho tortuoso. **Veja**, São Paulo, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/reforma-tributaria-apesar-do-consenso-aprovacao-tera-caminho-tortuoso/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MOLITERNO, Danilo. Especialistas apontam principais desafios para Lula na Presidência. **CNN Brasil**, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/especialistas-apontam-principais-desafios-para-lula-na-presidencia/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

NASSIF, Luis. O Banco Central, o ratinho de Pavlov e o homem de Bolsonaro. **Jornal GGN**, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/coluna-economica/o-banco-central-o-ratinho-de-pavlov-e-o-homem-de-bolsonaro-por-luis-nassif/>. Acesso em 23 nov. 2023.

PAGNO, Marina. Mais de um milhão de pessoas esperam por cirurgias eletivas no SUS. **G1**, Rio de Janeiro, 10 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/06/10/mais-de-um-milhao-de-pessoas-esperam-por-cirurgias-eletivas-no-sus.ghtml>. Acesso em 12 dez. 2023.

PINHEIRO, Milton. Interessa ao conjunto da classe trabalhadora um governo de união nacional? Impasses e perspectivas. *In: MAGALHÃES, Juliana; OSÓRIO, Luiz. **Brasil sob escombros**: desafios do governo Lula para reconstruir o país.* São Paulo: Boitempo, 2023.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Os desafios do Presidente Lula**. São Paulo, 2023. Mimeografado.

SOUZA, Nilson Araújo de. Desafios do governo Lula: resgate de um Seminário. **Vermelho**, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/desafios-do-governo-lula-resgate-de-um-seminario/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

VALOR ECONÔMICO. Os 100 dias do governo Lula: desafios, incertezas e mudanças. **Valor Econômico** São Paulo, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/04/06/os-100-dias-do-governo-lula-desafios-incertezas-e-mudancas.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.